

6.1. Resolução TJSP nº 850/2021 (Regulamenta o teletrabalho no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e dá outras providências).

1. Em conformidade com a Resolução TJSP nº 850/2021, é vedada a participação em teletrabalho aos(as) servidores(as) que:

- a) tenham sofrido penalidade disciplinar no ano anterior à solicitação
- b) estejam no estágio probatório
- c) tenham sido desligados(as) do teletrabalho nos últimos 18 (dezoito) meses
- d) não tenham alcançado conceito positivo na avaliação de desempenho mais recente**
- e) apresentem contraindicações por motivo de saúde, devidamente comprovadas por parecer de superior hierárquico

2. Em conformidade com a Resolução TJSP nº 850/2021, são deveres do(a) servidor(a) em teletrabalho, exceto:

- a) preservar o sigilo dos dados acessados de forma remota
- b) participar de reuniões periódicas com o(a) gestor(a) da unidade ou com a chefia imediata
- c) não manter contato com partes ou advogados(as) sem ciência do(a) gestor(a)
- d) providenciar e manter, às suas expensas, as estruturas física e tecnológica necessárias ao desempenho das atividades do cargo ou função
- e) cumprir diretamente as atividades atribuídas em regime de teletrabalho, permitida a utilização de terceiros, desde que servidores(as), para o cumprimento das metas estabelecidas**

3. Acerca do regime de teletrabalho de servidores(as) e magistrados(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave, bem como daqueles(as) que tenham filhos(as) ou dependentes legais na mesma condição, nos termos da Resolução TJSP nº 850/2021, assinale a alternativa correta.

- a) Para a concessão de qualquer modalidade de condição especial de trabalho, deverão ser considerados o contexto e a forma de organização da família, a necessidade do compartilhamento de responsabilidades, a participação ativa dos pais ou responsáveis legais.**
- b) Os(As) magistrados(as) e os(as) servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave, ou que tenham filhos(as) ou dependentes legais nessa condição, poderão requerer a concessão de condição especial de trabalho sob a condição de compensação laboral posterior e sem prejuízo da remuneração.

- c) A condição especial de trabalho será revogada em caso de alteração da situação fática que a motivou, mediante avaliação de perícia técnica ou de equipe multidisciplinar.
- d) O(A) magistrado(a) ou servidor(a) em condição especial de trabalho participará das substituições automáticas previstas em regulamento do Tribunal, sob regime de designação, bem como das escalas de plantão.
- e) Para fins da manutenção das condições especiais de trabalho deverá ser apresentado, semestralmente, laudo médico que ateste a permanência da situação que deu ensejo à concessão.

4. São objetivos do teletrabalho, nos termos da Resolução TJSP nº 850/2021, exceto:

- a) aumentar a produtividade e a qualidade de trabalho;
- b) reduzir tempo e custo de deslocamento até o local de trabalho;
- c) ampliar as possibilidades de trabalho a pessoas com dificuldade de deslocamento;
- d) cumprir a meta de produtividade estabelecida, com a qualidade exigida pela chefia imediata e pelo(a) gestor(a) da unidade;**
- e) contribuir para a melhoria de programas socioambientais, com a diminuição de poluentes e a redução no consumo de água, esgoto, energia elétrica, papel e outros bens e serviços;

6.2. Resolução TJSP nº 963/2025 (Dispõe sobre a governança e utilização do sistema eproc nas unidades do Poder Judiciário do Estado de São Paulo e dá outras providências)

5. A implantação do sistema eproc e a migração de processos do sistema legado serão realizadas de forma gradativa, por competências, em unidades judiciárias previamente definidas, conforme cronograma divulgado pela Presidência. Sobre a implantação do sistema, de acordo com a Resolução TJSP nº 963/2025, assinale a alternativa incorreta.

- a) Implantado o sistema eproc em determinada competência de uma unidade judiciária, o ajuizamento de novos processos nessa competência será admitido exclusivamente por meio do eproc.
- b) Os processos ajuizados antes da implantação do sistema eproc, bem como os recursos, incidentes e processos dependentes ou conexos, continuarão tramitando no sistema legado até o seu encerramento, ressalvada a hipótese de migração.
- c) A identificação do sistema processual correto e a prática do respectivo ato processual competem ao peticionante, e à Secretaria do Juízo.**

- d) O cumprimento definitivo de sentença oriundo de processo que tramitou no sistema legado deverá ser iniciado nesse mesmo sistema, até que seja disponibilizada, no eproc, a funcionalidade específica para essa finalidade
- e) Os processos em tramitação no sistema eproc somente admitirão o protocolo de petições intermediárias, incidentes e recursos por meio do próprio sistema.

6. De acordo com a Resolução TJSP nº 963/2025, os usuários do sistema eproc devem utilizá-lo de forma adequada, sem comprometer sua disponibilidade, desempenho ou segurança, observando as seguintes diretrizes:

I – resguardar o sigilo de suas credenciais de acesso

II – comunicar imediatamente eventuais falhas ou vulnerabilidades identificadas

III – responsabilizar-se pelo uso de registros audiovisuais para fins exclusivamente pessoais e processuais, vedada a divulgação indevida de seu conteúdo

IV – abster-se de práticas que causem sobrecarga ao sistema, incluindo o uso não autorizado, por usuários externos, de robôs de consulta;

Estão corretos os itens elencados em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) I, II e IV.**

7. Conforme a Resolução TJSP nº 963/2025, acerca da prática dos atos processuais, é correto afirmar que:

- a) Cabe ao peticionante classificar corretamente a petição de acordo com a classe, o assunto e o tipo processuais disponibilizados na tabela do sistema.**
- b) Quando o ato for praticado para atender prazo processual, será considerado tempestivo aquele transmitido integralmente até as 18 (dezoito) horas do seu último dia.
- c) Poderão ser considerados, para efeito de tempestividade, os horários registrados pelos equipamentos do remetente.
- d) Nas petições intermediárias, não será considerada como comprovante a impressão da tela do processo em que conste a juntada do documento.
- e) Nos casos em que a petição ou quaisquer outros documentos devam ser firmados por mais de um signatário, o interessado anexará o arquivo com o texto do

documento junto do termo assinado por todos os que necessitam intervir, dispensando sua assinatura eletrônica.

8. Sobre os recursos, assinale a alternativa correta sob a luz da Resolução TJSP nº 963/2025:

- a) **Os agravos de instrumento tirados de processos que tramitam pelo sistema eproc serão interpostos no sistema de primeiro grau**
- b) A parte agravante deverá demonstrar nas razões de agravo a tempestividade do recurso, dispensada a indicação do evento que gerou sua intimação
- c) Caso o agravante não seja parte do processo na origem, o agravo será interposto no juízo de origem, fazendo referência ao número do processo.
- d) As apelações interpostas em processos eletrônicos que tramitam no sistema eproc serão processadas em autos apartados, devendo o juízo de origem proceder à remessa eletrônica ao tribunal competente
- e) Nos processos criminais, os recursos em sentido estrito que são julgados em segundo grau de jurisdição deverão tramitar nos próprios autos, cabendo ao interessado providenciar sua remessa.

9. Sobre o uso inadequado do sistema eproc, assinale a alternativa errada sob a luz da Resolução TJSP nº 963/2025:

- a) Compreende uso inadequado do sistema toda atividade que evidencie ataque cibernético.
- b) Compreende uso inadequado do sistema toda atividade que evidencie violação de dados
- c) Identificada utilização inadequada do sistema por qualquer usuário, proceder-se-á ao bloqueio preventivo do usuário, temporário e parcial
- d) Identificada utilização inadequada do sistema por qualquer usuário, proceder-se-á ao bloqueio preventivo do usuário, temporário e total
- e) Caso o usuário bloqueado seja advogado, deverá ser dirigida comunicação à respectiva Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil

6.2. Lei Complementar nº 1.111/ 2010 (Institui o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e dá providências correlatas).

10. A remuneração dos servidores abrangidos pelo Plano de Cargos e Carreiras e Carreiras dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo compreende, além do vencimento, as vantagens pecuniárias abaixo enumeradas, exceto:

- a) décimo terceiro salário
- b) salário-família
- c) sexta-parte
- d) adicional por tempo de serviço
- e) indenização por assiduidade**

11. Acerca do Plano de Cargos e Carreiras e Carreiras dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, analise os itens.

I – O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito, durante o período de 36 (trinta e seis) meses, a Estágio Probatório.

II – ao longo do Estágio Probatório, a assiduidade, pontualidade, aptidão, capacidade e eficiência que demonstrar serão objeto de avaliação, para a efetivação na carreira.

III – A evolução profissional dos servidores públicos na Carreira do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo dar-se-á por meio dos institutos da Progressão, Promoção e do Acesso.

Estão corretas:

- a) I e II, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) Todas estão corretas.**

12. A evolução profissional dos servidores públicos na Carreira do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo dar-se-á por meio dos institutos da Progressão, Promoção e do Acesso, conforme o Plano de Cargos e Carreiras e Carreiras dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Acerca desses institutos, assinale a alternativa correta.

- a) O Acesso é a passagem do servidor de cargo de provimento efetivo de um grau para o imediatamente superior, dentro da mesma referência e nível.
- b) A Promoção é a passagem do servidor de cargo de provimento efetivo de um grau para o imediatamente superior, dentro da mesma referência e nível.
- c) A Progressão é a passagem do servidor de cargo de provimento efetivo de um grau para o imediatamente superior, dentro da mesma referência e nível.**

- d) O Acesso é a passagem do servidor de cargo de provimento efetivo para o de nível e grau imediatamente superior, dentro da mesma referência.
- e) A Promoção é a forma de provimento vertical de cargo em comissão de direção, coordenação, supervisão ou chefia do servidor ocupante de cargo efetivo.
- f) A Progressão é a forma de provimento vertical de cargo em comissão de direção, coordenação, supervisão ou chefia do servidor ocupante de cargo efetivo.

13. Para a qualificação dos servidores ao provimento dos cargos em comissão de direção, coordenação, supervisão ou chefia, será exigido do servidor, nos termos do Plano de Cargos e Carreiras e Carreiras dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

I – habilitação legal correspondente

II – participação em cursos selecionados pelo Ministério da Educação para esse fim

III – declaração de interesse em participar do processo

IV – resultados finais positivos nos últimos 3 (três) processos anuais de Avaliação de Desempenho

V – autorização do Comitê de Recursos Humanos para a realização do curso

Estão corretos os itens:

- a) **I, III e IV.**
- b) I, II e IV.
- c) II, III e V.
- d) II e V.
- e) I, II e V.

6.3. Regimento Interno do Tribunal de Justiça.

14. Conforme o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, compete ao Tribunal julgar habeas corpus:

- a) exclusivamente nos casos em que a coação for atribuída a autoridade federal sediada no Estado.
- b) somente nos casos em que figure como paciente qualquer servidor público estadual.
- c) apenas quando o ato impugnado decorrer de decisão de juiz substituto.
- d) **quando a coação for imputada a autoridades diretamente subordinadas ao Tribunal ou quando houver interesse da Justiça estadual.**

- e) nos casos em que a coação for atribuída ao Ministério Público do Estado de São Paulo, em qualquer de seus órgãos.

15. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, compete ao Tribunal processar e julgar mandado de segurança originário:

- a) apenas quando impetrado contra decisões do Corregedor Geral da Justiça.
- b) quando impetrado contra atos de qualquer juiz de direito ou juiz substituto.
- c) se impetrado contra ato de Secretário de Estado, do próprio Tribunal ou de autoridade que lhe seja subordinada.**
- d) exclusivamente quando o paciente for magistrado ou membro do Ministério Público.
- e) apenas em grau recursal, nunca originariamente.

16. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, é atribuição do juiz de direito no exercício da jurisdição de 1º grau:

- a) requisitar servidores diretamente ao Presidente do Tribunal, independentemente da Corregedoria Geral da Justiça.
- b) inspecionar permanentemente os serviços notariais e de registro sob sua jurisdição.**
- c) aplicar penas disciplinares a promotores de justiça que atuam na sua vara.
- d) propor à Assembleia Legislativa a criação de nova vara ou juizado em sua comarca.
- e) designar juízes substitutos para audiências em varas diversas, quando houver sobrecarga processual.

17. Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no que se refere à atuação disciplinar sobre os servidores das unidades judiciárias de 1ª instância, é correto afirmar que:

- a) Compete exclusivamente ao Presidente do Tribunal instaurar sindicância contra servidores.
- b) Os juízes de direito têm competência para aplicar pena de suspensão superior a 30 dias.
- c) compete ao Corregedor Geral da Justiça aplicar pena de demissão a servidor.**
- d) Os escrivães judiciais respondem diretamente ao Presidente do Tribunal no tocante a faltas funcionais.
- e) A Corregedoria Permanente não tem competência para punir servidores de cartório.

18. Conforme o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, é correto afirmar, no que tange à disciplina dos servidores das serventias judiciais de primeira instância:

- a) Cabe exclusivamente à Corregedoria Permanente o julgamento dos processos administrativos contra os servidores.
- b) O Corregedor Geral da Justiça pode reexaminar decisões da Corregedoria Permanente, mesmo sem provocação.**
- c) A pena de advertência é sempre de competência exclusiva do Conselho Superior da Magistratura.
- d) O Corregedor Geral da Justiça está impedido de aplicar penalidades diretamente a servidores.
- e) Apenas mediante deliberação do Órgão Especial pode haver aplicação de pena disciplinar.